



O ACONTECIMENTO DISCURSIVO COMO GESTO DE INTERPRETAÇÃO: O POLONÊS DO PARANÁ

Soeli Maria Schreiber da Silva¹

Esse estudo é parte de um projeto maior que objetiva: a) refletir sobre três conceitos importantes para a área da Semântica do Acontecimento: argumentação, textualidade e espaço de enunciação, e b) refletir como esses conceitos se articulam no estudo da relação entre línguas e enunciação. Nessa perspectiva teórica, a enunciação é pensada como um acontecimento de linguagem que se dá em um espaço de enunciação. Assim concebida, ela interroga a língua enquanto exposta ao seu real, isto é, enquanto lugar de textualização do político.

A partir dessas considerações, trabalhamos com uma hipótese de pesquisa de que o político é, então, constitutivo tanto da argumentação, quanto da textualidade, quanto do espaço de enunciação, e é seu funcionamento no acontecimento enunciativo que cria as condições para se pensar a articulação entre esses três conceitos. A metodologia pela qual optamos consiste em trabalhar, sobretudo, com os procedimentos de reescrituração e articulação, tal como concebidos por GUIMARÃES (2007, 2009), num *corpus* sobre a Língua Polonesa no Paraná.

Desenvolvo esse trabalho na Unidade de Pesquisas em Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem (UEHPOSOL) que, desde sua fundação no Departamento de Letras da UFSCar em 2001, tem desenvolvido trabalhos importantes em diversas áreas das ciências da linguagem. Entre esses trabalhos, merecem destaque aqueles cujas reflexões teóricas e analíticas se inserem no domínio epistemológico da Semântica do Acontecimento.

Nos últimos anos, a UEHPOSOL vem trabalhando sobre fatos de linguagem que têm a ver com o estudo de relações entre línguas em diversos espaços de enunciação (brasileiro, latino-americano, europeu etc.), focalizando aspectos como o da argumentação, textualidade, formas de textualização do político, acontecimento da enunciação e política de línguas.

Nessa perspectiva, propomos desenvolver uma forma de trabalho que coloque em cena, sobretudo, três conceitos teóricos importantes que permeiam as pesquisas desenvolvidas em nossa área, quais são: argumentação, textualidade e espaço de enunciação. A justificativa para esse objetivo está no fato de que esses três conceitos, além de comporem o programa geral da Semântica do Acontecimento, aparecem especificamente nos estudos que fazemos sobre relação e política de línguas na UEHPOSOL.

Parte, ainda, de nossos objetivos é não só desenvolver e levar adiante o trabalho com a argumentação, a textualidade e o espaço de enunciação no estudo da relação entre línguas, tal como tratamos no parágrafo anterior, mas também propor um modo de articulação entre esses conceitos pelo político no acontecimento.

¹ DL/CECH/UFSCar



Com este estudo, então, vamos ampliar as pesquisas sobre línguas feitas por Guimarães (2002), no que concerne ao espaço de enunciação e de que modo este espaço determina modos de acesso à palavra aos falantes dessas línguas nesse espaço. Isso permite uma reflexão muito particular sobre a questão política, pois coloca em cena a relação hierarquizada que as línguas mantêm entre si. Por outro lado, permite trazer para a reflexão a questão do funcionamento textual como uma questão semântica, e, por isso, política, diretamente articulada ao modo como a língua funciona na enunciação. Nessa direção, pretendemos trabalhar com a argumentação, sobretudo, nos modos de operar com os conceitos de político, memorável e disparidade do sujeito da enunciação.

Vamos tratar da argumentação não só como uma questão de língua, isto é, uma relação de estrutura. Para nós a exterioridade constitui a argumentação.

Assim, uma questão teórica que nos interessa do ponto de vista materialista é pensar a enunciação como histórica, de modo a tratá-la não como parte da vontade de um sujeito que enuncia no tempo cronológico, mas sim como um acontecimento, isto é, um processo que coloca em relação a língua com aquilo que está fora dela (relação da língua com sua exterioridade constitutiva).

Com efeito, é fundamental dizer que valeremo-nos de importantes estudos sobre o discurso sobre a língua, apoiando-nos, sobretudo, nas pesquisas desenvolvidas pelo professor e pesquisador Dr. Patrick Sériot.

Outra questão que será trabalhada na pesquisa localiza-se na diferença formulada por Eni Orlandi (2007) entre Política Linguística e Política de Línguas. Segundo a autora,

[...] quando se fala em política linguística, já se dão como pressupostas as teorias e também a existência da língua como tal. E pensa-se na relação entre elas, as línguas, e nos sentidos que são postos nessas relações como se fossem inerentes, próprios à essência das línguas e das teorias. Fica implícito que podemos “manipular” como queremos a política linguística.

Outras vezes fala-se em política lingüística apenas quando na realidade trata-se do planejamento linguístico, de organizar-se a relação entre línguas em função da escrita, em práticas escolares, do uso em situações planejadas. (Orlandi, 2007, p. 7)

No fragmento acima, vemos que a autora coloca em cena a Política Linguística enquanto sendo da ordem do Estado, da administração dos sentidos e das relações entre as línguas. No entanto, a partir de sua inscrição teórica na perspectiva da Análise de Discurso, ela propõe pensar a Política Linguística enquanto Política de Línguas, que consiste em [dar] à língua um sentido político necessário. Ou seja, não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em política de línguas já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos. (Orlandi, 2007, p. 8)

Com isso, vemos que, na posição da pesquisadora, o político é constitutivo das relações entre línguas. Como ela mesma nos ensina, não há língua que não esteja desde sempre afetada pelo



político. Assim, em nosso trabalho, essa diferenciação teórica nos será importante, visto que pretendemos centrar nossos estudos na política de línguas, e não na política linguística.

Gostaríamos de assinalar que, a partir do que vimos acima, a especificidade do nosso modo de compreender a política de línguas é por meio do conceito de espaço de enunciação da Semântica do Acontecimento. No espaço de enunciação, as línguas são divididas e distribuídas desigualmente entre os falantes, o que quer dizer que eles são sempre já significados por essa deontologia específica do dizer que configura um determinado espaço de enunciação. (cf. GUIMARÃES, 2002)

Diante disso, este estudo objetiva analisar a relação entre línguas perguntando-se sobre como se dá o sentido na textualidade e como se mobiliza a argumentação pelos sujeitos díspares a si mesmos e pelo memorável, e justifica-se pelo fato de que é um tema relativamente novo na perspectiva de análise que se adota. Também, a demanda das propostas do multilinguismo, move-nos a tratar do tema num projeto que observa os diversos modos de produzir a textualidade.

Nossas reflexões acerca dessa temática têm sido feitas nas disciplinas que tratam das “relações entre línguas” e das “políticas linguísticas”, também, nos projetos de Doutorado e Mestrado. A parceria com o fundador da teoria da Semântica do Acontecimento, sobretudo, justifica a relevância do tema dessa pesquisa, nesse âmbito.

Com efeito, os temas internacionais, o polonês no Paraná e a discussão acerca do tema “textualidade” e Argumentação, são temas que precisam ser observados por meio de uma semântica enunciativa que observa a língua, o sentido e o sujeito numa perspectiva histórica: a Semântica do Acontecimento. Observar esses processos por este viés é considerar um funcionamento sócio-histórico, que gerencia modelos, saberes, modos de acesso à palavra, que determinam o funcionamento das línguas relativamente a seus falantes, e assim, observar de que modo os dizeres significam as línguas, os seus falantes e a nação, mostrando espaços específicos de funcionamento das línguas.

Sendo assim, não mobilizamos categorias empíricas, nas quais esses objetos são observados como relações entre etnias, povos, localização geográfica, mas sim, como espaços políticos de divisão, determinados pela relação língua-sujeito, no acontecimento da enunciação. Ou seja, o funcionamento da língua é parte desse processo sócio-histórico que significa na e pela enunciação, e não é anterior, ou produto da mesma. Dessa forma, trataremos da relação entre a língua portuguesa e a língua polonesa no Paraná do ponto de vista semântico (GUIMARÃES, 2005) e minha pergunta é como essas duas línguas se relacionam entre si em lugares públicos nesse espaço de enunciação, tratando do dispositivo designativo e da distribuição das línguas e como essa distribuição nos constitui e nos afeta enquanto sujeitos de linguagem. Além disso, propomo-nos trabalhar com a articulação, tomando operadores de incidência e de articulação, em recortes coletados na relação de línguas como um modo de trabalhar com a textualidade.

Para ilustrar o que dissemos acima, tomaremos a nomeação publicitária, no espaço de enunciação brasileiro, de um aparelho de barbear “bodygroom”, estudada por Stahlhauer (2010) em sua dissertação de mestrado. Segundo o autor:



Os sentidos desses enunciados são produzidos pelo neologismo (Bodygroom) que significa a língua inglesa pela memória da forma dessa língua, mas não significa na relação com aqueles que falam essa língua como materna, ou mesmo um locutor-falante de inglês fluente, pois, pela estrutura regular da língua inglesa esse nome deveria ser Bodygroomer.

[...] Na especificação do nome do aparelho, em língua portuguesa, pela predicação “Bodygroom é o aparelho perfeito para o homem moderno que prima pelo bem-estar”, o locutor-publicitário falante de português fala de um lugar individual, projetando um locutorconsumidor-moderno que se cuida, significando as qualidades do aparelho pela língua de nomeação. Esta língua, por sua vez, é significada pela memória da forma Body + groom que não se caracteriza como inglês e muito menos como português. (STAHLHAUER, 2010, p. 48, grifos nossos)

Por esse recorte, vemos que uma língua não é simplesmente “transportada”, “emprestada” a outras línguas; há um funcionamento próprio dessa relação que não é nem da língua A e nem da B. Acima vemos isso quando, na enunciação publicitária, temos um modo de distribuição e divisão da língua portuguesa e inglesa que exclui o próprio inglês, visto que nesse enunciado “bodygroom” não corresponde às morfossintaxes do inglês nem do português.

Assim, a dificuldade nas análises da relação entre língua, tal como a estudamos em Semântica do Acontecimento, é desconstruir o efeito de evidência de que uma língua esteja funcionando na outra de modos idênticos ao espaço de enunciação que a toma como língua oficial do Estado. Nesse sentido, não há, para nós, a noção de “empréstimo”; ao funcionar em outro espaço de enunciação, os sentidos de uma língua são sempre outros. O desafio está em mostrar analiticamente essa relação.

Para superar essa problemática posta acima, trataremos da relação entre textualidade e argumentação, considerando o sentido como não-referencial, mas simbólico. No exemplo acima, não temos um estudo de Morfologia unicamente, mas um estudo da língua reportada à sua exterioridade, lugar esse em que ela se textualiza. Além disso, os conceitos de articulação e de reescrituração compõem o nosso dispositivo analítico, já que mostrar o modo como a língua se reescreve é uma questão semântica importante.

Entre a análise como descrição e a análise como interpretação, tomamos a língua como exposta à exterioridade, enquanto exterioridade histórica. Nesse sentido quando se fala em acontecimento, não estamos tratando de um acontecimento vivido; há aí um gesto de interpretação da história; pensar a língua historicamente já é um gesto de interpretação, cujo dispositivo teórico é da Análise do Discurso, de um ponto de vista do materialismo histórico. Nesse sentido, uma posição pragmática não trata do histórico, mas da situação. Vou tratar da relação entre línguas no Polonês do Paraná, mostrando o equívoco da língua de imigrante, num gesto de interpretação. Vejamos o recorte:

“Eu falo a língua polonesa mesmo, a língua gramatical; polonês é língua eslava; português vem do latim, nunca falo palavras do polonês.



Em todos os redutos das colônias tem aulas de polonês. Quem mistura a língua são os colonos. Eles falam o polonês arcaico. Eu fiz escola de polonês na Inglaterra, na República Tcheca"

Analiso a fala da imigrante como exposta ao equívoco e isso se dá pela derivação e pelo deslocamento que na descrição vai se dar por meio de relações de predicação e de determinação. *Língua polonesa mesmo*, no recorte escolhido, determina a fala da Locutora Polonesa e mesmo determina a língua polonesa. Língua Eslava e Língua Latina estão numa relação de antonímia.

Desse modo, as duas línguas vão se dividindo no modo de dizer da enunciadora individual, pela enumeração. A Língua gramatical predicada como eslava, aprendida na República Tcheca e na Inglaterra, está numa relação de antonímia com a língua dos redutos dos colonos, uma língua misturada. A locutora polonesa predica as colônias como redutos. A questão é que nesses redutos os colonos falam o polonês. Eles falam o polonês arcaico, predicação da locutora/Polonesa.

Na sequência, a Locutora Polonesa exclui a fala dos colonos, numa relação de antonímia. A locutora polonesa predica as colônias como redutos. Eles falam o polonês arcaico, predicação da locutora/polonesa. Na sequência, a Locutora Polonesa exclui a fala dos colonos, numa relação de antonímia. Nesse espaço de enunciação a língua é distribuída no debate entre a língua gramatical dos imigrantes e a língua do reduto dos imigrantes. Os locutores imigrantes constituem o espaço de enunciação nessa distribuição de desparentamento da língua polonesa dos colonos, numa relação de antonímia da língua arcaica com a língua da gramática. O texto orienta para uma futuridade projetada pela antonímia constituída nesse espaço de enunciação no memorável arcaico/gramatical e aqui a locutora é predicada como imigrante. Nessas relações de determinação e de predicação, os sentidos vão derivando e aí podemos ver a questão da exterioridade posta na língua pela presença do memorável da gramática. A enunciação é tratada relativamente à língua e exposta à exterioridade.

Num outro recorte:

"Os convidados se reuniam na casa da noiva para renkowany, a benção dos pais ou powieszowanie-benção dos noivos ..." (site www.braspol.org.br)

Neste recorte vemos que a cena enunciativa é dividida: o locutor do site expõe o português/polonês. A demanda da língua polonesa dá-se na nomeação e pelo modo universal do dizer. A língua polonesa aparece como um implante porque não se basta pela tradução. Ao reescrever por substituição, o site passa a ser um modo de circulação do polonês. Nesse espaço enunciativo da Língua Polonesa, a Língua Portuguesa é hierarquizada. Mas a demanda da Língua Polonesa nessa distribuição de línguas e falantes determina a presença do polonês numa relação com o memorável da tradição que precisa ser rememorado. Esse memorável orienta para a futuridade - o polonês está circulando e aparecendo no site pelo modo de dizer de implante da tradução.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
V SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
O acontecimento do discurso: filiações e rupturas
Porto Alegre, de 20 a 23 de setembro de 2011

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Capítulo de livro:

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas-SP, Pontes, 2002.

ORLANDI, E. *Política Linguística no Brasil*. Campinas-SP, Pontes, 2007.

STAHLHAUER, A.S.M. *Relação entre línguas nos espaço enunciativo da propaganda: a argumentação, a enunciação e o político*. São Carlos- SP, PPGL/UFSCar, 2010. (Dissertação de Mestrado).

Site

www.braspol.org.br